09:30 Segunda-feira 13 de setembro 90%

Opinião

GRUPO GLOBO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho - Roberto Irineu Marinho
PRESIDENTE EXECUTIVO
Jorge Nóbrega
Valor
é uma publicação da Editora Globo S/A
DIRETOR GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETORA DE REDAÇÃO: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Crises periódicas obrigam à nova revisão do setor elétrico

Escassez de energia é um problema que limitou o crescimento da economia brasileira em pelo menos três momentos da história recente: durante as duas crises mundiais do petróleo na década de 1970 e em 2001, quando houve apagão e racionamento. Neste momento, vinte anos depois da última crise e diante da maior seca em 91 anos, a falta de energia volta a assombrar o país.

A reação oficial à primeira crise do petróleo resultou na edição do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), programa adotado em plena ditadura militar, caracterizado pela intervenção do Estado na economia e pelo endividamento interno e externo do setor público. Este modelo, como se sabe, faliu em 1982, ano conhecido como o da "crise da dívida" não só do Brasil, mas de todos os países em desenvolvimento que, na década anterior, tiraram proveito das baixas taxas de juros internacionais para se endividarem.

O problema é que as taxas de juros eram flutuantes. Com o advento da segunda crise do petróleo, em 1979, os juros escalaram em consequência do forte aumento da inflação mundial, especialmente, nos Estados Unidos, onde fica a maioria dos bancos que financiaram as economias em desenvolvimento. Da noite para o dia, o custo das dívidas deu enorme salto e os devedores foram obrigados a informar aos credores que não tinham como pagá-las.

As consequências logo apareceram: para gerar divisas necessárias ao pagamento da dívida, o governo estimulou as exportações por meio de subsídios e maxidesvalorizações da moeda, medidas que contribuíram para acelerar ainda mais a inflação, que na ocasião já havia superado a marca dos 100% ao ano; sendo incapaz de pagar todo o serviço da dívida, o Banco Central "centralizou" o câmbio, isto é, passou a decidir de forma discricionária a quem pagar; diante do calote, o sistema de crédito privado internacional fechou as portas ao país.

Na área energética, o II PND despejou dinheiro público em projetos de geração de energia (petróleo e derivados, energia hidrelétrica e fontes alternativas como etanol e energia nuclear). Por causa da "crise da dívida", o país perdeu acesso às duas fontes de financiamento necessárias ao investimento no aumento da capacidade energética: interna (via recursos públicos) e externa (endividamento). É fácil entender, portanto, por que nas duas décadas seguintes investiu-se tão pouco em geração.

Na década de 1990, por razões óbvias, o tema privatização entrou no radar. Sem capacidade de investir maciçamente em infraestrutura desde o fracasso do II PND, o governo precisou abrir caminho para que o setor privado o fizesse. Mas, por incrível que pareça, em que pese a recente autorização do Congresso para a desestatização da Eletrobras, algo que pode ocorrer na primeira metade de 2022, o reconhecimento de que o setor público não tem como arcar sozinho pelos investimentos no setor elétrico não é algo pacificado no debate nacional.

A resposta oficial à crise de 2001 se deu em meio a esse debate. A maior novidade naquele momento foi o reconhecimento de que o planejamento de médio e longo prazos é crucial para evitar surpresas como a daquele ano, quando o país enfrentara a maior crise hídrica desde a década de 1950. Desde então, expandiu-se em boa medida a capacidade de geração do país por meio de investimentos públicos e privados. Por que, então, a economia está novamente diante do risco de crescer menos por falta de energia? Porque a matriz energética brasileira ainda é dominada pela geração hídrica, sujeita às intempéries do clima.

Ao participar da Live do **Valor** na semana passada, Jerson Kelman, ex-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), disse que há erros no planejamento de médio e longo prazos, um deles, a opção feita nos últimos anos de construir usinas sem grandes reservatórios de água. Kelman alertou, ainda, para o fato de usinas térmicas mais baratas não terem sido ligadas mais cedo por falhas de governança.

Kelman sustentou que a possibilidade de blecautes é grande e "desconfortável" — em torno de 40%. Já a probabilidade de racionamento varia hoje de 2% a 8%. "Nada para perder o sono", comentou ele, um dos maiores especialistas do país no assunto, responsável, em 2001, pela elaboração do "Relatório Kelman", estudo que mostrou o tamanho do problema. Embora não acredite que o governo federal esteja escondendo a gravidade da situação, Kelman observou que faltou iniciativa mais permanente de comunicação em massa para explicar os desafios à população e incentivar a economia de energia. Para o engenheiro, um fato é inescapável: superada a crise atual, o setor elétrico terá que passar por nova revisão.

Diretor Adjunto de Redação
Cristiano Romero (cristiano.romero@valor.com.br)
Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br)
Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Chefe da Redação em Brasília
Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Chefe da Redação no Rio
Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@valor.com.br)
Daniel Rittner (Brasília) (daniel.rittner@valor.com.br)
Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)
João Rosa (joao.rosa@valor.com.br)
Lucinda Pinto (lucinda.pinto@valor.com.br
Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br)
Mark Olmos (mark.olmos@valor.com.br)
Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editor de Brasil
Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br)
Editor de Política
César Felício (cesar.felicio@valor.com.br)
Editor de Internacional
Humberto Saccomandi (humberto.saccomandi@valor.com.br)
Editora de Tendências & Consumo e Tecnologia
Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Indústria e Infraestrutura
Ivo Ribeiro (ivo.ribeiro@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Fernando Lopes (fernando.lopes@valor.com.br)
Editora de Finanças
Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editor de S.A.
Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreiras
Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editor de Arte/ Fotografia
Silas Botelho Neto (silas.botelho@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa (roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editores de Projetos Especiais
Gilla Rosenbluh (gilla.rosenbluh@valor.com.br)
Tania Nogueira Alvares (tania.nogueira@valor.com.br)
Correspondentes internacionais
Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Gibelle Bouças (Belo Horizonte) (gibelle.bouca@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)
VALOR INVESTE
Editor
Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br)
PIPELINE
Editora
Maria Luiza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)
VALOR INTERNATIONAL
Editor
Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)
Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcisio J. Becerril Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232
Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP - Tel
Departamentos de Publicidade Impressa e On-line SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955. **RJ** 0 xx 21 3521 1414. **DF** 0 xx 61 3717 3333.

JOANE ROETZEL/BLOOMBERG

Na pior crise hídrica em 91 anos, governo pereniza a fossilização da matriz elétrica. Por ***Ricardo Baitelo***

Recuperação verde contra a bandeira vermelha

No dia 31 de agosto, o ministro de Minas e Energia, o almirante Bento Albuquerque, anunciou com fatalismo marcial que o Brasil secou. São Pedro, sempre ele, não mandou chuvas para os rios que abastecem as nossas hidrelétricas, forçando a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) a criar uma bandeira tarifária nova, a de "escassez hídrica". É uma espécie de bandeira ultra-vermelha. Agora cada brasileiro pagará um extra de R$ 14,20 a cada 100 kilowatts-hora de eletricidade consumidos, um aumento médio de 7% numa conta de luz que já vinha salgada.

O Brasil vive neste momento sua pior estiagem em 91 anos, que afeta o Centro-Sul, onde está a maior parte das nossas usinas hidrelétricas. É uma cortesia da mudança climática, aliada ao abuso de um recurso natural que sempre se julgou infinito no país com as maiores reservas de água doce do mundo. Um estudo do consórcio MapBiomas mostrou no fim do mês passado que apenas desde 1991 perdemos 16% da nossa superfície de água. O desmatamento, o barramento de rios e outras más práticas estão entre os culpados.

Não dá para dizer que foi uma surpresa. Pelo menos desde 2008 os cientistas alertavam para o impacto do clima alterado nas chamadas "vazões afluentes", ou o tanto de água que chega aos reservatórios. Secas cada vez mais severas vêm acontecendo desde 2014. Na bacia do Paraná, chuvas abaixo da média vêm sendo detectadas consistentemente desde o início do século. Neste ano, uma nota técnica do próprio Ministério de Minas e Energia apontou que a tendência de redução de vazões no Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste deve persistir nas próximas décadas.

Faz exatos 20 anos que o país viveu um risco de apagão dessa [illegible] pelo governo foi um amargo ta[illegible]

Se em 2001 a matriz tinha participação de 91% de hidrelétricas, hoje essa fração caiu para 63%.

Desta vez, a principal medida adotada foi a perenização da causa do problema: aumentou-se o acionamento das termelétricas fósseis, pensadas como recurso emergencial, mas que têm operado em tempo integral.

Eventos recentes indicam que, longe de ser apenas um ato desesperado numa "emergência", o aumento do uso das térmicas ocorre por desígnio. A Medida Provisória 1.031/2020, que privatiza a Eletrobras, inclui em seu texto final a inserção de 8 gigawatts (mais de meia Itaipu) em termelétricas a gás operando em tempo integral. Essas térmicas devem entrar em operação somente após 2026 — pouco a ver, portanto, com a crise atual.

Longe de ser apenas ato desesperado numa "emergência", o aumento do uso das térmicas ocorre por desígnio

Em seguida, os leilões de energia elétrica existente A-4 e A-5 permitiram, pela primeira vez, o funcionamento em tempo integral das termelétricas a gás contratadas, ao contrário dos 50% de flexibilidade acordados em contratações anteriores. O leilão A-5, a ser realizado em setembro, já tem a inscrição de 55 térmicas a combustíveis fósseis. O leilão de reserva de capacidade, marcado para dezembro, será exclusivo para esta fonte.

Cereja do bolo, o Ministério de Minas e Energia publicou em agosto um plano para a perpetuação do uso de termelétricas a carvão mineral até 2050 — retardando a transição da matriz elétrica para fontes renováveis e mantendo o impacto econômico por meio de subsídios anuais de R$ 750 milhões para o mais po[illegible]nte dos combustíveis fósseis. Coincidência ou não, a portaria [illegible]

neladas de CO_2, quatro vezes mais do que todas as emissões de Portugal. O brasileiro está pagando mais caro para poluir, na contramão do Acordo de Paris.

Não se trata apenas de uma estupidez estratégica e de um suicídio climático: a fossilização deliberada da nossa matriz também não faz sentido econômico. O estímulo aos fósseis fura a fila da contratação de energias renováveis, que têm escapado ao marasmo geral da atividade econômica. Desde o começo de 2020, solar e eólica, incluindo a geração distribuída, saíram dos 20 gigawatts para quase 30 GW instalados — tudo isso em plena pandemia.

Se no início da década passada as térmicas eram despachadas por serem a única opção disponível em períodos de estiagem, este não é mais o caso: a capacidade instalada de solar e eólica já supera a de térmicas a gás, carvão, óleo combustível e diesel somadas, além de serem muito mais baratas.

Se estiver falando sério sobre aumentar a segurança da oferta, o governo deveria rever os critérios para a contratação de energia no médio e longo prazo, evitando o cancelamento de leilões de energias renováveis, como foi o caso em 2020 ou a baixa contratação registrada nos últimos leilões de energia nova e existente. A diversificação da matriz, pela contratação de renováveis flexíveis e termelétricas a biomassa, é o caminho apontado pelos especialistas para evitar apagões futuros. O que parece estar ocorrendo é a transferência de todos os ovos da cesta das hidrelétricas para a das térmicas fósseis.

Por fim, o planejamento essencial da ampliação da oferta deveria incluir, em igual grau de importância, o gerenciamento da demanda. Essa gestão, além de ações e medidas de eficiência energética, inclui a otimização da operação de usos finais nos setores industrial, comercial e residencial. Poucos países têm tantas